

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC DANIEL BARBOSA DA SILVA BARABANI

A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA NO PERÍODO DE 2002 A 2015:
a comparação das *National Security Strategy* norte-americanas à luz das teorias realista e
liberal.

Rio de Janeiro

2019

CC DANIEL BARBOSA DA SILVA BARABANI

A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA NO PERÍODO DE 2002 A 2015:
a comparação das *National Security Strategy* norte-americanas à luz das teorias realista e
liberal.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra
Naval, como requisito parcial para a conclusão
do Curso de Estado-Maior para Oficiais
Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Calmon Bahia

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2019

AGRADECIMENTOS

A Deus por permitir que mais este desafio seja superado com saúde e serenidade.

À minha esposa, Vanessa, e meu filho, Danilo, pelo amor, apoio, compreensão e união incondicionais ao longo de todo o curso que me proporcionaram tranquilidade para a conclusão desta jornada importante.

Aos meus pais, Claudemiro e Marly, pelo amor, educação, união e exemplos de caráter e persistência que me permitiram me tornar o homem, pai e Oficial que sou até aqui.

Ao Capitão de Mar e Guerra (RM1) Calmon Bahia, meu orientador, pela dedicação, precisos ensinamentos e oportunos conselhos ao longo desta jornada de pesquisa acadêmica.

RESUMO

O propósito da pesquisa é analisar as *National Security Strategy* expedidas em 2002 e 2015, pelos então presidentes dos EUA, George W. Bush e Barack Obama, respectivamente, sob as perspectivas realista e liberal, considerados os inúmeros desafios geopolíticos enfrentados pelo país no período considerado. No trabalho, para um melhor entendimento, são apresentadas ideias e conceitos do Realismo e Liberalismo. O combate ao terror e a promoção da democracia, bem como as relações com as potências mundiais são pontos importantes a serem considerados nos documentos em questão. Para atingir o propósito deste trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, adotando-se uma metodologia descritiva e analítica voltada para a percepção das mudanças de rumo adotadas nas duas grandes estratégias estudadas. Após estabelecer a relação entre as teorias consideradas e os dados obtidos, concluiu-se que a estratégia adotada por Obama, manteve muitos dos pontos que eram criticados na chamada Doutrina Bush, principalmente nos assuntos que tratavam dos interesses norte-americanos relacionados à sua segurança e à luta contra o terrorismo no mundo.

Palavras-chave: EUA. Bush. Obama. *National Security Strategy*. Combate ao terror.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADM – Armas de destruição em massa

ARP – Aeronaves remotamente pilotadas

UE – União Europeia

FBI – *Federal Bureau of Investigation*

NSS – *National Security Strategy*

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

OMC – Organização Mundial do Comércio

RI – Relações Internacionais

SI – Sistema Internacional

TPI – Tribunal Penal Internacional

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	CONCEITUAÇÃO DAS TEORIAS REALISTA E LIBERAL DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	9
2.1	HISTÓRICO	9
2.2	A TEORIA REALISTA DE MORGENTHAU	12
2.3	A TEORIA LIBERAL DE JOSEPH S. NYE JR.	13
3	A NATIONAL SECURITY STRATEGY (NSS)	15
3.1	A NSS DE 2002 (DOCTRINA BUSH)	16
3.1.1	A Estratégia Internacional norte-americana em 2002	17
3.1.2	As alianças para derrotar o terrorismo global	18
3.1.3	As ameaças inimigas aos EUA com ADM	19
3.1.4	A ação cooperativa com as grandes potências mundiais	22
3.1.5	As instituições de segurança norte-americanas do século XXI	26
3.2	A NSS DE 2015	28
3.2.1	Segurança	31
3.2.2	Combate à ameaça persistente do terrorismo	33
3.2.3	Prevenção da propagação de ADM	34
3.2.4	Segurança marítima e aérea	35
3.2.5	Estímulo aos valores	35
4	COMPARAÇÃO DA NSS DE BUSH E DA NSS DE OBAMA	37
5	ANÁLISE	40
5.1	A <i>NATIONAL SECURITY STRATEGY</i> DE 2002 E A TEORIA REALISTA	40
5.2	A <i>NATIONAL SECURITY STRATEGY</i> DE 2002 E A TEORIA LIBERAL	40
5.3	A <i>NATIONAL SECURITY STRATEGY</i> DE 2015 E A TEORIA REALISTA	41
5.4	A <i>NATIONAL SECURITY STRATEGY</i> DE 2015 E A TEORIA LIBERAL	41
6	CONCLUSÃO	42
	REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

Ao analisarmos o desenvolvimento da política externa norte-americana no pós-Guerra Fria, podemos perceber o início de um período de inconteste hegemonia norte-americana e, conseqüentemente, o surgimento de uma série de “tendências” geradas a partir do fim de uma era na qual se sabia quem era o inimigo, com conhecimento de suas capacidades e intenções. Cada tendência expressava uma visão estratégica, embora todas apontassem para um mesmo objetivo político: a supremacia norte-americana, seja ela em termos políticos, militares ou econômicos, visando à garantia da segurança dos Estados Unidos da América (EUA). Embora os pensamentos para o atingimento desse objetivo variem, o objetivo político estadunidense é sempre o mesmo e existem apenas divergências entre conservadores ou liberais quanto a melhor estratégia para alcançá-lo.

Tais constatações expostas acima não representaram fatos novos na política externa norte-americana, uma vez que em outros períodos, embora houvesse o domínio de uma determinada tendência, sempre houve uma linha de continuidade e coerência na condução dessa política que combinava os ideais dos pais fundadores¹ com os interesses vitais dos EUA (VIDIGAL, 2007).

No dia 11 de setembro de 2001, a cidade de Nova Iorque e os arredores da capital, Washington, foram atingidos por três aeronaves de voos comerciais. O número oficial de vítimas foi de 2.973 pessoas e, pela primeira vez, um país sofreu atentado terrorista dessa grandeza na sua história (BLAINEY, 2005).

Surgia assim, a possibilidade para o então presidente estadunidense George W.

¹ Foram os líderes dos colonos na Guerra de Independência dos EUA que elaboraram, em 1776, a Declaração de Independência dos Estados Unidos e, após a guerra, em 1787, compuseram a chamada *Bill Of Rights*, isto é, a Declaração de Direitos, a Constituição dos Estados Unidos da América, que prevalece até hoje. Os principais nomes entre os “pais fundadores” são os de: John e Samuel Adams, George Washington (que se tornou o primeiro presidente), Thomas Jefferson, George Clymer, Benjamin Franklin, George Tylor e George Rea.

Bush (2001-2009) lançar, em setembro de 2002, a sua versão da “*National Security Strategy*” (NSS), também conhecida como Doutrina Bush e promover um novo modelo de engajamento daquele país no Sistema Internacional (SI) cujas ameaças seriam os terroristas e contra os quais os ideais republicanos seriam promovidos militarmente e de maneira unilateral.

Assim, começa a era das intervenções militares contra Estados que apoiam organizações que põem em risco os interesses e liberdade norte-americanos sob a forma de ações preventivas ou preemptivas, cujos exemplos são as intervenções no Afeganistão em 2001 e no Iraque em 2003.

Como contraponto ao acima exposto, o presidente Barack Obama (2009-2017) a partir da NSS aprovada em 2010, apresenta conteúdo que fornece uma base para o que viria a ser a nova “grande estratégia” de política externa estadunidense, ou seja, a Doutrina Obama (PECEQUILO, 2013). Foi apresentado um novo conceito de poder, o “poder inteligente” (*smart power*) pela Casa Branca, desenvolvido pelo acadêmico Nye Jr. O objetivo era contrapor o unilateralismo de Bush, apresentando uma visão que combinasse os componentes militares e ideológicos. A pauta de Obama era apresentada como cooperativa, multilateral e que promoveria a reconciliação entre os Estados Unidos da América e o mundo. No campo da segurança, a preponderante atenção destinada ao terrorismo divide espaço com a percepção das demais ameaças, como os ataques cibernéticos, proliferação de armas de destruição em massa (ADM), degradação ambiental e estabilidade da economia doméstica (NSS, 2015).

O presente estudo se justifica pela influência que os EUA exercem no contexto mundial e, mais especificamente, em nosso País e no continente sulamericano no que tange aos desdobramentos da política externa daquele que se constitui em um dos hegemon²s globais.

O objetivo deste trabalho é analisar, por meio das perspectivas teóricas realista e

2 Estado dominante cujo poder prepondera; com frequência estabelece e impõe as regras e normas do SI ou da região.

liberal das Relações Internacionais, as consequências da Doutrina Bush, sintetizadas na Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos do ano de 2002, para a política externa estadunidense, bem como a proposta de alteração de rumo promovida pelas NSS a partir de 2010, lançadas pelo então presidente Obama.

Dessa forma, o propósito da dissertação em tela é responder à seguinte questão: “Quais as principais mudanças na política externa estadunidense no que tange às intervenções militares unilaterais, no espaço temporal compreendido entre 2002 e 2015?”.

A pesquisa será estruturada em uma introdução, quatro capítulos dedicados ao desenvolvimento e uma conclusão. No capítulo 2, serão vistos os conceitos que constituem as teorias realista e liberal das Relações Internacionais, sob o enfoque dos teóricos selecionados. No capítulo 3, serão analisadas as grandes estratégias norte-americanas emitidas nos anos de 2002 e 2015 e contextualizadas sob o ponto de vista do cenário composto pelos atores globais do SI. Já no quarto capítulo, será examinada a dita mudança de postura expressa nas NSS aprovadas a partir de 2010, especificamente naquela aprovada em 2015, nos assuntos afetos ao novo contexto estabelecido para as intervenções unilaterais, identificadas as novas ameaças existentes no SI. No quinto capítulo, será feita uma análise das duas NSS no que tange às visões das teorias realistas e liberais. Por fim, na conclusão será redigida uma reflexão sobre os principais pontos das NSS utilizadas para o estudo a fim de possibilitar uma percepção se houve uma mudança de postura efetiva na política externa norte-americana.

2 CONCEITUAÇÃO DAS TEORIAS REALISTA E LIBERAL DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Conforme já mencionado, os acontecimentos desencadeados pelos atentados do dia 11 de setembro de 2001, alteraram de forma definitiva o rumo da política externa norte-americana e suas implicações influíram diretamente tanto na “*National Security Strategy*” (NSS) de 2002, assinada pelo então presidente George W. Bush, quanto na NSS de 2015, época na qual a presidência estava sob a batuta de Barack Obama. É importante ressaltar que tais NSS, especificamente, são os objetos deste estudo e que, no espaço temporal considerado (2002-2015), houve a emissão de outras NSS as quais não foram o foco para o desenvolvimento da linha de pensamento aqui estabelecida.

As diferentes teorias das Relações Internacionais auxiliam o entendimento da conjuntura do Sistema Internacional (SI) no período detalhado na análise a seguir. A fim de atingir o objetivo deste trabalho serão utilizadas as abordagens realista de Morgenthau e liberal de Nye Jr.

2.1 HISTÓRICO

Segundo Mingst e Arreguín-Toft (2014), ao comentar sobre o realismo, há o entendimento de que tal corrente teórica é fruto de uma tradição histórica e filosófica que tem por base uma abordagem do indivíduo como temeroso, egoísta e sedento de poder. Complementarmente, os indivíduos organizam-se em Estados, os quais compõem um SI anárquico onde não há um Estado poderoso o bastante para conquistar todos os outros. Pensando dessa forma, os realistas têm como maior preocupação o acúmulo de poder que se dá pela guerra ou pelo equilíbrio.

Quatro premissas básicas do realismo são abordadas por Tucídides na sua obra

*História da Guerra do Peloponeso*³. Na primeira, o Estado é o principal ator na guerra e na política em geral. Na segunda, o Estado é um ator unitário, ou seja, sua voz é única para a tomada de decisão de entrada numa guerra ou rendição. Na terceira, os atores racionais é que tomam as decisões no Estado as quais se coadunam com os interesses nacionais. E, por último, as questões de segurança levam os Estados a se defenderem dos inimigos externos e internos (MINGST E ARREGUÍN-TOFT, 2014).

Já Santo Agostinho⁴ defendia que a humanidade é falha, egoísta e egocêntrica e a isto atribuía a culpa pelas guerras. Tal natureza falha da humanidade e suas consequências são estudadas mais a fundo por Maquiavel⁵, na medida em que ele defende que um líder deve estar sempre atento às ameaças ao Estado e à sua segurança pessoal. Argumenta ainda que o líder deve estar pronto a tomar a iniciativa com vistas a preservação do Estado (MINGST E ARREGUÍN-TOFT, 2014).

Mingst e Arreguín-Toft (2014) afirmam que grande parte dos teóricos realistas aceitam como princípio básico que os Estados existem em um SI anárquico. Tal questão foi levantada por Thomas Hobbes⁶ cuja tese era de que, assim como os homens em um “Estado de natureza” têm a responsabilidade e o direito de se preservarem, os Estados do SI também o têm, até mesmo utilizando-se da violência para tal. A solução seria a existência de um Estado unitário, um Leviatã⁷, na qual o poder seria absoluto e centralizado.

Por outro lado, ao tecer comentários sob o enfoque do liberalismo, Mingst menciona que tal abordagem considera que o homem é basicamente bom e que os indivíduos podem melhorar suas condições materiais e morais, proporcionando a paz duradoura. O comportamento ruim dos humanos, explicitados pela guerra e pela injustiça, são consequências de instituições defeituosas e corruptas e más interpretações entre líderes. Os

3 A Guerra do Peloponeso durou 27 anos entre 431 a.C. e 404 a.C.; ocorreu na Grécia Antiga e terminou quando Atenas rendeu-se à Esparta.

4 Bispo e filósofo cristão que viveu de 354 a 430.

5 Filósofo político italiano que viveu de 1469 a 1527, autor da obra O Príncipe.

6 Filósofo inglês que viveu de 1588 a 1679, autor da obra O Leviatã.

7 Estado unitário em que o controle do poder é centralizado e absoluto.

liberais acreditam que por meio do desenvolvimento de ações coletivas, as guerras podem ser mitigadas. Assim, é de entendimento geral dos liberais que a liberdade humana e o seu crescimento têm melhor desenvolvimento em democracias e pelo capitalismo de mercado bem regulado.

O liberalismo origina-se no Iluminismo do século XVIII, no liberalismo político e econômico do século XIX e no Idealismo do século XX. Montesquieu⁸ afirma que a natureza humana não é defeituosa, mas que o ingresso dos indivíduos na sociedade civil e a constituição de nações distintas são as causas dos problemas. Para vencer tais problemas da sociedade, a educação é fundamental. Além disso, os Estados agrupam-se sob a lei das nações, a qual regulamenta a conduta dos participantes em tempos de paz ou de guerra (MINGST E ARREGUÍN-TOFT, 2014).

O liberalismo do século XIX alinhou-se com a tendência de preferir a democracia e o livre comércio, em detrimento da aristocracia e da autossuficiência econômica. Segundo o pensamento liberal, o livre comércio gera vínculos entre os Estados e o custo da guerra torna-se elevado, reduzindo suas chances de ocorrência.

Tendo em vista o acima exposto, para os liberais clássicos a colaboração entre os Estados decorre da reforma, pelos indivíduos, das instituições que possibilitem ações colaborativas e evitem ações coercitivas (MINGST E ARREGUÍN-TOFT, 2014).

8 Filósofo francês que viveu de 1689 a 1755, autor da obra *O espírito das leis*.

2.2 A TEORIA REALISTA DE MORGENTHAU

A política internacional, como toda política, consiste em luta pelo poder. Sejam quais forem os fins da política internacional, o poder constitui sempre o objetivo imediato. Os povos e os políticos podem buscar, como fim último, liberdade, segurança, prosperidade ou o poder em si mesmo. Eles podem definir seus objetivos em termos de um ideal religioso, filosófico, econômico ou social. Podem desejar que esse ideal se materialize, quer em virtude de sua força interna, quer graças à intervenção divina ou como resultado natural do desenvolvimento dos negócios humanos. Podem ainda tentar facilitar sua realização mediante os recursos a meios não políticos, tais como cooperação técnica com outras nações ou organismos internacionais. Contudo, sempre que buscam realizar o seu objetivo por meio da política internacional, eles estarão lutando pelo poder (MORGENTHAU, 2003, p.49).

Para Morgenthau⁹ (2003), o realismo político apresenta seis princípios fundamentais: a) a natureza humana é a fonte das leis objetivas que regulam a política e a sociedade em geral; b) os interesses definidos em termos de poder posicionam o realismo político no cenário da política internacional; c) o realismo político tem uma real e grande diferença para as outras escolas de pensamento; d) o realismo político se nega a reconhecer as aspirações morais de uma nação com as leis morais do universo; e) os princípios morais universais não podem ser aplicados às ações dos Estados nas suas formulações abstratas, mas devem ser analisados por meios das circunstâncias de tempo e lugar; e f) o realismo político não parte do princípio de que não podem ser alteradas as condições contemporâneas sob as quais opera a política externa de um Estado, marcadas pela instabilidade e pela sempre presente ameaça de violência em larga escala.

Apresentados tais princípios e analisando a política externa estadunidense conforme proposto por Morgenthau em sua obra, pode-se observar que, embora os interesses nacionais tenham constituído o ponto de maior relevância dessa política, após duas guerras mundiais, a preservação da paz tornou-se o principal ponto objetivado pela maioria dos países.

Em um cenário do mundo em que a disputa por poder é recorrente, a paz só poderá ser mantida por meio de dois instrumentos: o equilíbrio de poder e as limitações

9 Hans Morgenthau foi um teórico das Relações Internacionais que viveu de 1904 a 1980.

normativas representadas pelo direito internacional, moralidade internacional e opinião pública mundial.

2.3 A TEORIA LIBERAL DE JOSEPH S. NYE JR.

A ocorrência das duas Guerras Mundiais e a experiência mal sucedida da segurança coletiva no período entre guerras fizeram com que as teorias liberais caíssem em descrédito. A maioria dos textos sobre a política externa norte-americana após a 2ª Guerra Mundial tinham teor claramente realista. Entretanto, com o aumento da interdependência econômica transnacional no final dos anos de 1960 e toda a década de 1970, houve um renascimento do interesse pelas teorias liberais. Há três linhas de pensamento liberal: econômica, social e política. A linha política divide-se em duas vertentes, uma vinculada às instituições e outra ligada à democracia.

A linha econômica é ligada ao comércio e faz com que os Estados tenham interesses que coloquem a guerra como menos importante para eles. Além disso, pode proporcionar a chance dos Estados se desenvolverem e crescerem economicamente, ao invés da via de conquistas militares.

A linha social explora o contato pessoal em que as pessoas, por se conhecerem, chegam a um entendimento e reduzem a quantidade de conflitos. Entretanto, tal ideia é simples demais, mesmo para aqueles contatos pessoais transnacionais, em que pese o sentimento de coexistência dos seres humanos em determinadas regiões.

A linha política também é chamada de neoliberalismo e ressalta o papel das instituições. As instituições estabilizam as expectativas de quatro formas: sensação de continuidade, oportunidade para reciprocidade, fluxo de informações e meios de resolver os conflitos (NYE JR., 2009).

Ainda no assunto da linha política relatada Nye Jr. (2009), um estudo

conduzido por Michael Doyle¹⁰ produziu uma linha de pensamento em que a ideia é que as democracias liberais não lutam contra outras democracias liberais. Os liberais sugerem que a causa desse evento seja a legitimidade, em que o povo nas democracias talvez pense que seja errado lutar contra outras democracias. Além disso, os controles decisórios constitucionais podem dificultar a entrada na guerra e funcionar melhor com a existência de um debate popular sobre a legitimidade do combate.

A definição dos interesses nacionais depende da cultura interna do Estado e do tipo de sociedade.

10 Cientista político da Universidade de Columbia.

3 A NATIONAL SECURITY STRATEGY (NSS)

O *Goldwater-Nichols Defense Reorganization Act* assinado em 1986 pelo então presidente dos EUA, Ronald Reagan, foi o documento que passou a exigir dos presidentes norte-americanos o envio da NSS e seus relatórios anuais ao Congresso. Na teoria, seriam elaborados para que servissem como base coerente ao planejamento do orçamento da área de defesa, dando uma clara demonstração ao Congresso, dos interesses e objetivos que sustentam a estratégia do presidente. O grande problema detectado por estudiosos a respeito da implementação de tal documento é a falsa impressão de que a estratégia de um Estado seja um processo racional e que possa ser sistematizada (SNIDER, 1995).

Anos mais tarde, com o término da Guerra Fria, cujo marco foi a queda do Muro de Berlim em 1989 e que teve seu capítulo final com a queda da ex-União Soviética em 1991, chegava ao fim uma era bipolar no SI em que as duas superpotências (EUA e a ex-URSS) disputavam o poder e a influência ideológica sobre os demais Estados do mundo.

Em janeiro de 2001, o presidente George W. Bush assumiu o comando dos EUA, então única superpotência mundial do SI em vigor. É importante notar que, independente do fim da Guerra Fria, dos atentados terroristas de 2001, dos “novos temas” ligados à segurança no século atual, as questões referentes à segurança e à defesa não perderam destaque; a forma de tratá-los mudou, mas a sua importância para os Estados e para o SI foram mantidos. Esses acontecimentos foram no sentido contrário ao pensamento de Francis Fukuyama em “O fim da história e o último homem” (1992) que previa um mundo no qual o capitalismo havia triunfado, de tal forma que permitiria à sociedade suprir todas as necessidades dos cidadãos.

Entretanto, os ataques à *homeland*¹¹ norte-americana em 2001, podem ser enunciados como o fator que o *staff* diplomático e político do então presidente dos EUA,

11 Significa “terra pátria”.

George W. Bush, procurava para proporcionar uma nova postura do país no contexto do Sistema Internacional, uma vez que os comunistas não eram mais vistos como os inimigos a serem vencidos (BATISTA, 2009).

3.1 A NSS DE 2002 (DOCTRINA BUSH)

O documento assinado em 17 de setembro de 2002 por George W. Bush marcou o início da chamada Doutrina Bush e mencionou já em sua introdução que as grandes disputas do século XX entre a liberdade e o totalitarismo terminaram com uma decisiva vitória para as forças da liberdade e um único modelo sustentável para o sucesso norte-americano: liberdade, democracia, e livre iniciativa. No século XXI, apenas países que comungassem do comprometimento de protegerem os direitos humanos básicos e garantirem a liberdade política e econômica estariam aptos e prontos a fazerem florescer o potencial do seu povo e assegurarem um futuro próspero para todos.

Segundo o que consta na NSS de 2002, naquele momento os EUA gozavam de incomparável poder militar e uma grande influência política e econômica. Nesse sentido, havia a preocupação de defender os EUA contra os novos inimigos de então, que não possuíam grandes exércitos e nem grandes capacidades industriais mas tinham a característica de se esconderem em redes ocultas de indivíduos que podiam oferecer o caos e o sofrimento.

É nesse contexto que o documento da NSS (2002) menciona pela primeira vez o termo no qual este estudo se debruçará: o combate ao terror. Para derrotar a ameaça terrorista os EUA precisavam usar sua força militar, melhores defesas domésticas, aplicação da lei, inteligência e esforços para sufocar o financiamento desses grupos terroristas. É, na interpretação depreendida da NSS, uma guerra de alcance global e de duração incerta, na qual os EUA auxiliariam outros países que necessitassem de assistência para esse combate e responsabilizariam os países que abrigassem terroristas (NSS, 2002).

A dualidade entre o radicalismo e a tecnologia constituía um dos perigos a serem enfrentados, uma vez que, segundo os EUA, os inimigos estariam em busca ostensiva por ADM. Daí surgiu a ideia de cooperar com outros países para negar e suprimir os esforços dos terroristas para adquirirem tecnologias perigosas e, que como um problema de senso comum e autodefesa, os EUA iriam agir contra as ameaças emergentes antes delas estarem totalmente formadas e prontas para atacar (NSS, 2002).

Os EUA pretendiam usar o momento em questão (2002) para estender a liberdade pelo mundo, por meio da promoção da democracia, desenvolvimento, mercados e trocas livres. Nesse contexto, os eventos de setembro de 2001 fizeram com que Estados fracos, como o Afeganistão, pudessem representar grande perigo para os interesses estadunidenses, uma vez que a pobreza, as instituições fracas e a corrupção podiam tornar esses Estados vulneráveis às redes terroristas dentro de suas fronteiras.

3.1.1 A Estratégia Internacional norte-americana em 2002

Na visão proposta na NSS (2002), os EUA tinham uma grande oportunidade, a partir daquele momento de poder e influência sem precedentes, de promover a paz, prosperidade e liberdade pelo mundo. O alvo dessa estratégia era promover a reunião de valores e interesses norte-americanos para ajudar a construir um mundo mais seguro.

Para atingir tal proposta, os EUA se propuseram ao seguinte: a) promover as aspirações pela dignidade humana; b) fortalecer alianças para derrotar o terrorismo global e trabalhar para prevenir ataques contra o território norte-americano e de seus amigos; c) trabalhar com os outros países para debelar conflitos regionais; d) impedir as ameaças dos inimigos, com ADM, contra os norte-americanos, aliados e amigos; e) iniciar uma nova era de crescimento econômico global, por meio de livres trocas e livres mercados; f) expandir o círculo de desenvolvimento por meio de sociedades livres e construindo a infraestrutura da

democracia; g) desenvolver agendas para cooperação com os principais centros do poder global; e h) transformar a segurança nacional das instituições norte-americanas a fim de enfrentar os desafios e oportunidades do século XXI.

3.1.2 As alianças para derrotar o terrorismo global

A partir dos eventos desencadeados pelo 11/09, os EUA passaram a classificar a luta contra o terrorismo premeditado contra pessoas inocentes como uma guerra de alcance global. O inimigo não era mais um regime político ou uma pessoa, religião ou ideologia.

No dia 14 de setembro de 2001, George W. Bush proferiu as seguintes palavras em discurso na The National Cathedral, em Washington D.C.:

Passados apenas três dias desses eventos, os norte-americanos ainda não têm ideia da história. Mas nossa responsabilidade para a história já está clara: responder a esses ataques e livrar o mundo do mal. A guerra está sendo paga contra nós de forma sorrateira, desonesta e assassina. Esta nação é pacífica mas feroz quando estimulada à ira. O conflito foi iniciado na hora e termos de outros. Isso terminará de um modo, e na hora, de nossa escolha (BUSH, 2001, p. 59, tradução nossa)¹².

Segundo o contido na NSS (2002), a prioridade norte-americana seria dismantelar e destruir as organizações terroristas de alcance global e agir sobre os Estados patrocinadores que tinham interesse em adquirir ou usar ADM, bem como atacar a liderança, comando, controle, comunicações, material e as finanças das organizações supracitadas. Isso implicaria em um efeito de abalo à capacidade de planejar e agir dos terroristas.

Ainda na linha de pensamento traçada acima e constante da NSS do governo Bush (2002), surge um ponto importante – é mencionado em determinado trecho que, para defender os cidadãos norte-americanos em seu território, seriam identificadas e destruídas as ameaças antes que elas alcançassem as fronteiras. Para isso, o esforço em aproveitar o apoio da comunidade internacional seria fundamental mas sem hesitarem em agir sozinhos, caso

¹² Texto original em inglês: “...Just three days removed from these events, Americans do not yet have the distance of history. But our responsibility to history is already clear: to answer these attacks and rid the world of evil. War has been waged against us by stealth and deceit and murder. This nation is peaceful, but fierce when stirred to anger. This conflict was begun on the timing and terms of others. It will end in a way, and at an hour, of our choosing.”

necessário, para exercerem o direito da autodefesa, agindo de forma preemptiva¹³ contra os terroristas, para evitarem que causassem mal ao povo ou ao país norte-americano.

Segundo Almendra (2013), é nesse ambiente de legítima defesa que podemos afirmar que a guerra preventiva é empreendida contra Estados falidos, que ao permitirem atos de violência contra o seu povo demonstram, para a comunidade internacional, um total descumprimento das normas internacionais e que podem abrigar grupos terroristas possíveis detentores de ADM. O governo Bush defendeu que, por isso, esta estratégia constante da NSS se transformou, na melhor forma de evitar ou prevenir atos hostis praticados por adversários dos EUA.

Considerando o campo da guerra de ideias, para obter sucesso, de acordo com a NSS (2002) o caminho a ser seguido era o de utilizar a influência dos EUA e dos aliados para que todos os atos de terrorismo fossem considerados tão ilegítimos quanto a escravidão, pirataria ou o genocídio. Ações como apoiar governos moderados no mundo muçulmano também eram um modo no qual os EUA pensavam, a fim de assegurar que as ideologias que promovessem o terrorismo, não encontrassem respaldo em qualquer país.

O governo Bush propôs a maior reorganização governamental desde a época do presidente Truman, o qual criou o *National Security Council* e o *Department of Defense*. Foi criado o *Department of Homeland Security* onde se encontravam centralizados um comando militar unificado e uma reorganização do FBI, o qual fazia parte de um plano colaborativo que reunia em um mesmo local, todos os níveis do governo e os setores público e privado (NSS, 2002).

3.1.3 As ameaças inimigas aos EUA com ADM

Com o colapso da ex-União Soviética e o final da Guerra Fria, o ambiente de

13 Significa, segundo o dicionário Aurélio: “Que prevê ou antecipa uma situação”.

segurança estava sob profunda transformação – consequência do fim da chamada deterrência¹⁴ que produziu uma estratégia sombria de mútua destruição assegurada entre os EUA e a ex-URSS (NSS, 2002).

Segundo a NSS (2002), a confrontação se transformaria em cooperação junto à Rússia e os benefícios seriam o fim do equilíbrio de terror que dividiu os EUA e a ex-URSS durante anos, uma redução dos arsenais nucleares de ambos os lados, assim como a cooperação nas áreas de contraterrorismo e defesa de mísseis, antes inconcebíveis.

Na década de 1990, surgiu um pequeno número de Estados “fora da lei” que maltratavam seu próprio povo e exploravam as fontes de recursos nacionais para pessoas que não obedeciam a lei; não demonstravam apreço pelas leis internacionais, descumprindo tratados; estavam determinados a adquirirem ADM; patrocinavam o terrorismo global; e rejeitavam valores humanos básicos e odiavam os EUA (NSS, 2002).

Por ocasião da Guerra do Golfo (1991), os EUA presumiram possuir provas irrefutáveis de que o Iraque não se limitou a projetar armas químicas, as quais foram utilizadas na guerra contra o Irã, mas também expandiram tais projetos para a aquisição de armas nucleares e agentes biológicos.

Isto posto, o governo norte-americano entendeu que era preciso estar preparado para deter os Estados “fora da lei” e os seus terroristas apoiados, antes de estarem capacitados a ameaçar ou usar ADM contra os EUA, seus aliados e amigos. Assim, as alianças deviam ser fortalecidas, novos parceiros deviam ser buscados, mesmo entre possíveis adversários, as inovações e modernas tecnologias deviam ser buscadas visando ao uso no desenvolvimento do poder militar, incluindo o projeto de um sistema de defesa de mísseis efetivo. Entretanto, a ênfase devia ser dada ao incremento na coleta e análise de inteligência (NSS, 2002).

A estratégia geral para combate à proliferação das ADM compreendia esforços

14 Em inglês “deterrence” que significa uma estratégia de dissuasão das grandes potências mundiais associada ao uso de armas nucleares.

proativos, incremento no campo diplomático e no controle de armas, controle de exportações multilateral e, quando necessário, interdição de tecnologias e materiais que compunham a cadeia de produção desse tipo de arma. Também era considerado o gerenciamento efetivo das consequências afetas ao posterior uso efetivo das armas em questão, seja em território norte-americano, seja no exterior, com efeitos sobre as forças dos EUA ou nos países aliados ou amigos, caso tivessem sido atacados (NSS, 2002).

Outra passagem importante da NSS (2002) a respeito deste tópico do qual estamos tratando, é aquela em que é evidenciado que os EUA não podiam mais basear-se somente em uma postura reativa como em outras épocas. A inabilidade em deter um potencial atacante, o imediatismo das ameaças de então e a magnitude dos potenciais danos que podiam ser causados pelas armas adversárias não deixavam outra opção. O governo norte-americano não podia aguardar que os inimigos atacassem primeiro.

Neste ponto podemos fazer uma breve retrospectiva sobre o assunto, no que tange à Guerra Fria: a dissuasão foi uma defesa efetiva na crise dos mísseis de Cuba e as ADM eram consideradas como o último recurso. Como contraponto, ao analisarmos os Estados “fora da lei” sob a lente dos recursos acima, podemos depreender que a dissuasão baseada apenas na ameaça de retaliação era mais difícil de funcionar contra esses Estados porque seus líderes eram capazes de assumir mais riscos, pondo em jogo as vidas do seu povo e a riqueza de seus países. Quanto às ADM, os inimigos da época as viam como ferramentas de intimidação e agressão militar contra os seus vizinhos ou como o melhor caminho para suplantar convencionalmente a superioridade dos EUA. Pode-se observar ainda que os tradicionais conceitos de dissuasão não funcionariam contra os inimigos terroristas cujas táticas deliberadas eram a destruição gratuita e selecionar alvos inocentes, além de não serem atores estatais (NSS, 2002).

No que tange aos ataques preemptivos, a NSS (2002) destacava que, por

séculos, a lei internacional reconheceu que os Estados não necessitavam sofrer um ataque antes para que pudessem, legalmente, conduzir uma reação para se defender contra forças que estavam na iminência de um ataque. Acadêmicos do Direito e juristas internacionais frequentemente condicionavam a legitimidade da preempção à existência de uma ameaça iminente, tal como mobilização de exércitos, marinhas e forças aéreas se preparando para o ataque. Ainda sobre o assunto, os EUA interpretaram que, baseados nas capacidades e objetivos dos adversários de então, era preciso adaptar o conceito de ameaça iminente. Os terroristas não utilizavam armas convencionais, mas sim ADM e atos de terror. Os alvos desses ataques eram as forças militares e a população civil, em violação direta das principais normas do direito da guerra. Para prevenir-se de tais atos hostis, os EUA iriam, caso necessário, agir preemptivamente (NSS, 2002).

Cabe mencionar que, pelo previsto na NSS (2002), os EUA não utilizariam a força em todos os casos de preempção contra ameaças emergentes e nem os Estados deveriam utilizar o ataque preemptivo como pretexto para uma agressão. Para embasar as opções de ataque preemptivo foram citadas ações para uma maior integração da inteligência a fim de refinar as informações sobre ameaças; coordenar com os aliados o senso comum de qual a ameaça mais perigosa em determinado momento; e continuar a desenvolver as forças militares norte-americanas a fim de garantir a sua habilidade em conduzir operações de maneira rápida e precisa para atingir resultados decisivos.

3.1.4 A ação cooperativa com as grandes potências mundiais

Como parte da estratégia geral traçada na NSS (2002), os EUA visualizaram a implementação de coalizões, tão amplas quanto possível, de Estados aptos e dispostos a promover um equilíbrio de poder favorável à liberdade. Para tal, a liderança da coalizão necessitava de prioridades claras, visão dos interesses dos demais, e reuniões entre os parceiros com espírito de humildade.

Na Europa, estavam duas das mais fortes instituições do mundo: a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), a qual tem sido desde a sua criação o cerne da segurança transatlântica e intereuropeia; e a UE (União Europeia), parceira no mundo globalizado.

Segundo o entendimento norte-americano, os ataques de 11/09 foram também direcionados à OTAN, como a própria organização reconheceu quando fez uso do Artigo V¹⁵, pela primeira vez na sua história. A principal missão da OTAN é a segurança coletiva da aliança transatlântica de democracias, porém a instituição deveria desenvolver novas estruturas e capacidades para cumprir a missão sob novas circunstâncias e ameaças. Foi sugerido pelos EUA que a OTAN construísse uma capacidade de combater no terreno, com alta mobilidade e treinamento de forças especiais, sempre que requisitadas devido à existência de ameaças a um membro componente da aliança (NSS, 2002).

Ainda no assunto OTAN, os EUA enxergavam que a aliança precisaria estar pronta onde quer que os seus interesses fossem ameaçados, criando coalizões “ad hoc” sob o

15 Artigo V, é a cláusula de autodefesa da OTAN: “As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, conseqüentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou coletiva, reconhecido pelo artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a ação que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte. Qualquer ataque armado desta natureza e todas as providências tomadas em consequência desse ataque serão imediatamente comunicados ao Conselho de Segurança. Essas providências terminarão logo que o Conselho de Segurança tiver tomado as medidas necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais.” (extrato do Tratado do Atlântico Norte).

mandato da OTAN, tanto quanto fosse necessário para contribuir para a missão da coalizão principal. Para alcançar isso, seria necessário que os EUA investissem nos seguintes aspectos: expandir a filiação de Estados democráticos aptos e com desejo de compartilhar o fardo de defender os interesses comuns; garantir que as forças militares da OTAN tivessem o inventário necessário para contribuírem numa guerra de coalizão em que venham a ser empregadas; desenvolver planejamentos para a contribuição efetiva das forças multinacionais; aproveitar a vantagem das oportunidades tecnológicas e economias de escala que pudessem proporcionar incremento às forças militares da OTAN de forma que fosse possível o domínio de potenciais inimigos e diminuir as vulnerabilidades dos componentes da aliança; agilizar e aumentar a flexibilidade das estruturas de comando para que estivessem em conformidade com as demandas operacionais e com os adestramentos necessários à nova força constituída; e manter a capacidade de trabalhar e combater com tantos aliados quantos forem necessários, mesmo que fossem necessárias fases para alterar e modernizar as forças (NSS, 2002).

Outro assunto importante tratado pelo governo norte-americano era quanto à atenção dispensada à renovação de velhos padrões de comportamento utilizados pelas outras grandes potências, as quais estavam no seio de um período de transição interna. Cita-se aqui a Rússia, Índia e China cujos desdobramentos do desenvolvimento e renovação passavam uma mensagem de esperança de se chegar a um consenso global sobre princípios básicos.

A respeito da Rússia, no momento analisado (2002), os EUA estavam inclinados a construir um relacionamento baseado no fato de que ambos os países não eram mais adversários estratégicos. Nesse sentido, o *Moscow Treaty on Strategic Reductions*¹⁶ foi um marco emblemático e refletiu uma nova realidade com uma mudança de pensamento que prometia levar a uma produtiva e duradoura relação com a comunidade Euro-Atlântica e os EUA. Os principais líderes russos tinham consciência da fragilidade russa no momento em questão e suas políticas interna e externa precisavam reverter esse quadro. E era sob essa

16 Tratado assinado em 2002 entre EUA e Rússia visando a redução dos arsenais nucleares de ambos os países.

óptica que os EUA viam os seus interesses coincidirem com os dos russos em várias áreas, com a visão de que uma guinada nas relações mútuas entre estes países, inclusive com a facilitação da entrada russa na Organização Mundial do Comércio (OMC) geraria bons frutos. Além disso, havia a clara cooperação entre ambos os países na guerra global contra o terrorismo. Ressalta-se que também foi criado um Conselho OTAN-Rússia com o objetivo de aprofundar a cooperação de segurança entre os russos, aliados europeus e os norte-americanos. Nessa linha, os EUA apoiaram a independência e a estabilidade dos Estados derivados do final da ex-URSS, pois a prosperidade e estabilidade da vizinhança reforçava o comprometimento da Rússia com a integração na comunidade Euro-Atlântica (NSS, 2002).

Ao mesmo tempo, os EUA possuíam muitas diferenças em relação à Rússia e eram conscientes do tempo e esforços necessários para superar a desconfiança das elites russas relativas às intenções e políticas norte-americanas. As ações duvidosas da Rússia quanto ao comprometimento com valores básicos do livre mercado, democracia e um histórico dúbio sobre o controle da proliferação de ADM eram causa de grande apreensão. A fraqueza russa limitava as oportunidades de cooperação, embora estas fossem as maiores em décadas (NSS, 2002).

Os interesses dos EUA requeriam uma relação forte com a Índia, uma vez que eram as duas maiores democracias, com governos comprometidos politicamente com a proteção da liberdade. Havia interesse norte-americano em um livre fluxo de comércio, aí incluídas as linhas de comunicações vitais no oceano Índico. Obviamente, havia também o compartilhamento de desejos de combate ao terrorismo e a criação de uma estabilidade estratégica na Ásia.

Ainda permaneciam expostas as diferenças entre ambos, onde se podiam destacar as divergências relativas ao desenvolvimento nuclear indiano e os programas de mísseis, adicionados ainda os passos das reformas econômicas. Entretanto, enquanto no

passado isso dominava as relações entre ambos, a visão da Índia despontando como uma potência regional com interesses estratégicos comuns alteraram os rumos dessa relação e desenharam um futuro dinâmico para esse vínculo (NSS, 2002).

O relacionamento dos EUA com a China era parte importante da estratégia de desenvolver uma região da Ásia-Pacífico estável, pacífica e próspera. Apesar de os chineses buscarem um caminho de fortalecimento de seu poder militar – nesse sentido, caminhando no sentido oposto da tendência mundial, já que podiam ameaçar seus vizinhos na região da Ásia-Pacífico – e de seus líderes ainda não tivessem executado as escolhas fundamentais sobre o perfil do seu Estado – a fim de se afastar das piores características do legado comunista – a China perceberia, na hora certa, que a liberdade política e social eram a única fonte de grandeza (NSS, 2002).

O governo Bush procurava uma relação construtiva com os chineses e já cooperavam em áreas onde os seus interesses se sobrepunham como a guerra ao terrorismo e na promoção da estabilidade da península coreana. Do mesmo modo, havia o diálogo conjunto sobre o futuro do Afeganistão. Devido às ameaças transnacionais, a China deveria tornar-se mais aberta no campo da informação, dos direitos humanos e da sociedade civil. Somente ocorrendo a abertura política – havia apenas um partido político, o Partido Comunista – e permitindo que seu povo tivesse oportunidade de pensar, a China poderia alcançar seu potencial total.

O importante relacionamento comercial permitiria a entrada da China na OMC, o que criaria mais oportunidades de exportação aos fazendeiros norte-americanos, trabalhadores e companhias. Porém, havia outras áreas em que as divergências eram profundas, como a autodefesa de Taiwan, regulada pelo *Taiwan Relations Act*¹⁷ e a questão dos direitos humanos.

17 Ato do Congresso norte-americano assinado em 1979 em que os EUA reconheciam Taiwan (República da China) como independente da República Popular da China.

As instituições do governo norte-americano, a longo prazo e com práticas de construir hábitos de discussões saudáveis, argumentos sólidos, análises sóbrias e ação conjunta, sustentariam a supremacia dos princípios comuns entre os aliados e amigos dos EUA e manteriam aberto o caminho do progresso (NSS, 2002).

3.1.5 As instituições de segurança norte-americanas do século XXI

Foi percebido pelo governo norte-americano que, devido aos incidentes ocorridos em 11/09, o momento requeria a reafirmação do papel principal da força militar norte-americana. A prioridade, nesse momento, era que os militares pudessem proporcionar garantias aos aliados e amigos; detivessem as ameaças contra os interesses dos EUA, aliados e amigos; e derrotassem de forma decisiva qualquer adversário contra o qual a dissuasão não funcionasse.

Constata-se que, antes da guerra do Afeganistão, conforme foi detalhado na NSS de Bush, aquela região tinha baixa prioridade na lista dos maiores planejamentos de contingências. No entanto, em pouco tempo, os soldados norte-americanos estavam operando em amplitude e profundidade naquele remoto Estado, usando toda a ramificação existente nas forças armadas. Era necessário o preparo para mais deslocamentos desenvolvendo capacidades como sensoriamento remoto, ataques de precisão a longas distâncias e alterando as manobras das forças expedicionárias. Outrossim, não se podia esquecer de incluir a habilidade de defender o território norte-americano, conduzir operações de informação, garantir acesso a distantes teatros de operações aos EUA, bem como proteger as infraestruturas críticas do EUA e ativos no espaço sideral (NSS, 2002).

Enquanto era mantida a prontidão para a luta contra o terror, o objetivo deveria ser proporcionar ao Presidente norte-americano um leque de opções militares para desencorajar as agressões ou qualquer forma de coerção contra os EUA e seus aliados.

Historicamente, era sabido que a dissuasão poderia falhar e a experiência mostrava que alguns inimigos não podiam ser dissuadidos. Os EUA deviam estar aptos a derrotarem qualquer tentativa de um inimigo, estatal ou não.

O Departamento de Estado deveria promover a diplomacia embasado por um orçamento condizente com os interesses da política externa dos EUA, seja lidando com instituições governamentais ou não-governamentais. Os conhecimentos acerca dos movimentos do contexto internacional deveriam ser desdobrados também para os assuntos domésticos, incluindo as políticas públicas, educação, cumprimento das leis e diplomacia pública. A cooperação internacional nessa área era fundamental para alcançar os objetivos relativos a negociações complexas, guerras civis e catástrofes humanitárias. Também era necessário que houvesse uma divulgação coerente para informar ao público ao redor do mundo o que eram os EUA. A guerra ao terror não era um choque de civilizações, mas sim uma batalha pelo futuro da religião islâmica. Era um conflito de ideias no qual os EUA precisavam sobressair (NSS, 2002).

Por fim, os EUA adotaram uma postura de não permitir que os esforços para o combate ao terror não fossem prejudicados por investigações ou julgamentos conduzidos pelo Tribunal Penal Internacional (TPI), cuja jurisdição não englobava os cidadãos norte-americanos e para os quais seriam invocados os benefícios do *American Servicemembers Protection Act*¹⁸. Os riscos ao surgimento de problemas nessa esfera seriam mitigados por meio de acordos multilaterais e bilaterais (NSS, 2002).

3.2 A NSS DE 2015

Durante a campanha presidencial em 2008, o então candidato e senador democrata Barack Obama prometeu resolver alguns problemas de política externa e dar atenção especial

¹⁸ É uma lei federal norte-americana que visa proteger o pessoal militar dos Estados Unidos e outros funcionários eleitos e nomeados do governo dos EUA contra processos criminais na jurisdição do TPI, da qual os EUA não fazem parte.

às grandes questões da política interna. Garantiu também que se ganhasse as eleições retiraria as tropas do Iraque e solucionaria politicamente a questão do Afeganistão (GOLDGEIER, 2010).

A *National Security Strategy* assinada pelo presidente Obama em fevereiro de 2015, foi um documento elaborado de forma a externar, formalmente, o pensamento norte-americano, no que tange aos aspectos econômicos, militares e de segurança nacional e internacional para o período final do seu governo.

Para contextualizar o cenário de crise econômica global que ocorria desde 2008, o presidente Obama menciona a melhora da expectativa da economia em uma passagem da NSS de 2015:

Hoje, os EUA estão mais fortes e melhor posicionados para aproveitar as oportunidades de um ainda novo século e salvaguardar nossos interesses contra os riscos de um mundo inseguro. O crescimento da força econômica da América é o alicerce da nossa segurança nacional e a fonte crítica da nossa influência no exterior. Desde a Grande Recessão, nós criamos 11 milhões de vagas de empregos no mais longo crescimento do setor privado de trabalho da nossa história. O desemprego caiu ao menor nível dos últimos 6 anos. Nós agora somos os líderes mundiais em produção de óleo e gás. Nós continuamos estabelecendo a paz pela ciência, tecnologia e inovação na economia global (OBAMA, 2015, tradução nossa)¹⁹.

A NSS (2015) relatava que os EUA se beneficiavam de uma mão de obra jovem e crescente e de uma economia diversificada. Tudo isso, apoiado por um sistema de educação de alto nível, o qual entregava ao mercado, anualmente, os melhores estudantes formados do mundo. Pode-se incluir, sob este mesmo enfoque, a atração de imigrantes de todo o mundo que renovavam a energia do país com sua força empreendedora.

O combate ao terror, iniciado em 2001 e formalizado por meio da NSS 2002, foi retratado sob outro ângulo pelo segundo governo Obama, conforme fica claro a partir da expedição da versão de 2015 da NSS. Os EUA tomaram o caminho de reduzir a quantidade de

¹⁹ Texto original em inglês extraído da NSS 2015: “Today, the United States is stronger and better positioned to seize the opportunities of a still new century and safeguard our interests against the risks of an insecure world.

America’s growing economic strength is the foundation of our national security and a critical source of our influence abroad. Since the Great Recession, we have created nearly 11 million new jobs during the longest private sector job growth in our history. Unemployment has fallen to its lowest level in 6 years. We are now the world leader in oil and gas production. We continue to set the pace for science, technology, and innovation in the global economy.”

tropas norte-americanas no Iraque e no Afeganistão, cujas guerras contra o terror definiram muito da política externa dos EUA na década dos anos 2000. Comparativamente, de quase 180.000 combatentes da época em que iniciou-se o primeiro governo Obama (2009), no ano de 2015 havia menos de 15.000 soldados destacados naqueles países. A estratégia contraterrorismo foi adaptada para uma crescente ameaça terrorista. Apesar da redução na quantidade de tropas, ficou óbvio no documento, que o governo tinha plena consciência do seu poderio militar, tecnológico e geoestratégico (NSS, 2015).

Os EUA continuaram a enfrentar desafios à sua segurança nacional e o extremismo religioso e o terrorismo cresceram como uma ameaça permanente aos norte-americanos e seus aliados. Somou-se a isso, a evolução da cibernética, os impactos do clima, as rusgas com a Rússia e o perigo das doenças infecciosas e se configurou um quadro global que gerava expectativas sobre a segurança do mundo. Os EUA tinham a consciência de que eram os únicos com capacidade de mobilizar e liderar a comunidade internacional a fim de encontrar soluções para tais desafios (NSS, 2015).

A liderança dos EUA, forte e sustentável, foi essencial para que o SI tivesse ordenamento e regras a serem cumpridas de forma a promover a segurança e prosperidade, bem como a dignidade e os direitos humanos. Os questionamentos dos países acerca da posição dos EUA, normalmente, não eram se eles deveriam liderar a busca por tais condições mas a forma como eles lideravam. E o objetivo era conduzir esse processo com propósitos e exemplo, os quais eram veiculados para a sociedade norte-americana desde a última Grande Estratégia, expedida em 2010, quais eram: a) a segurança dos EUA, seus cidadãos e de países aliados e parceiros; b) uma economia forte, inovadora e crescente em um sistema econômico internacional aberto que promovesse oportunidade e prosperidade; c) respeito por valores universais no território norte-americano e ao redor do mundo; e d) uma ordem internacional baseada em regras sob a liderança dos EUA que promovesse a paz, segurança e oportunidade

por meio de forte cooperação para enfrentar os desafios globais (NSS, 2015).

Externamente, o governo norte-americano demonstrava que poderia agir unilateralmente caso houvesse ameaças aos seus interesses, mas também expunha que eram mais fortes caso fizessem uso de ações coletivas. Assim, lideraram uma coalizão com sessenta parceiros numa campanha para desestruturar e derrotar definitivamente o *Islamic State of Iraq and the Levante (ISIL)*²⁰, no Iraque e na Síria, incluindo trabalho para sufocar o fluxo de combatentes estrangeiros para aqueles países, enquanto era mantida a pressão na Al-Qaeda. Em sintonia com os aliados europeus, os EUA intensificaram as sanções à Rússia para deter uma agressão futura (NSS, 2015).

Segundo a NSS (2015), globalmente, os EUA estavam comprometidos a avançar na contenção da proliferação de armas nucleares e na segurança de material nuclear. Nesse contexto, tentaram viabilizar uma resolução que assegurasse para a comunidade internacional que o programa nuclear iraniano tinha fins pacíficos. Além disso, estavam moldando padrões globais para a segurança cibernética e construindo uma capacidade internacional para conter ameaças cibernéticas. A corrupção, o tráfico de drogas e a crise de refugiados eram outros assuntos que demandavam a liderança dos EUA.

Um ponto importante a ser destacado era a passagem em que o presidente Obama dizia que os EUA tinham a capacidade de responder às ameaças externas mas mantinham-se alinhados aos seus valores – proibição da tortura, adoção de limitações ao uso de tecnologias, tais como as aeronaves remotamente pilotadas (ARP) e apoiando a privacidade e liberdades civis. Seu poder militar permanecia pronto para defender os interesses nacionais enquanto provia o nível essencial de diplomacia. Entretanto, o uso da força não era a única ferramenta disponível e não era o principal modo de agir com o exterior. A primeira linha de ação era uma diplomacia aberta com um claro caminho de desenvolvimento visando a promover os interesses norte-americanos. As sanções econômicas

20 Em um segundo momento de atuação passou a ser conhecido apenas como Estado Islâmico.

eram uma importante ferramenta para impor custos a atores irresponsáveis e ajudavam a dismantelar redes criminais e terroristas. Nesse sentido, os profissionais da inteligência foram essenciais devido à qualidade do material produzido (NSS, 2015).

3.2.1 Segurança

Segundo a NSS (2015), o governo dos EUA tinha como maior responsabilidade proteger o povo norte-americano. Tais obrigações não terminavam nas fronteiras e abordavam ameaças que eram verdadeiramente globais.

Cumprir tais responsabilidades dependia, além de uma defesa forte, de uma postura dedicada à segurança global em que as capacidades únicas dos EUA fossem empregadas em coalizões internacionais e apoio de parceiros locais. Tal mudança foi possível mesmo após um período prolongado de combate e de uma redução significativa da quantidade de soldados norte-americanos em solos iraquianos e afegãos. Esta transição reduziu drasticamente as baixas de militares dos EUA e permitiu realinhar as forças e recursos para atender a um conjunto crescente de ameaças e, ao mesmo tempo, garantir os objetivos estratégicos. Ao fazer isso, foi priorizada a ação coletiva para enfrentar a ameaça persistente representada pelo terrorismo, representado especialmente pela Al-Qaeda, ISIL e suas afiliadas. Os esforços do governo norte-americano deveriam ser concentrados visando a manter os materiais nucleares afastados de terroristas e prevenir a proliferação de armas nucleares, e a incentivar a mobilização da comunidade internacional para enfrentar os desafios urgentes colocados pelas alterações climáticas e doenças infecciosas.

A força militar dos EUA deveria permanecer pronta para impedir e derrotar as ameaças ao país, aí incluídos o uso de mísseis e os ataques cibernéticos e terroristas. Os militares norte-americanos eram demandados globalmente para proteger os cidadãos e interesses dos EUA, preservar a estabilidade regional, prestar assistência humanitária e

socorro em caso de catástrofe, e construir a capacidade dos aliados para o cumprimento, de forma conjunta, de desafios de segurança.

Se a dissuasão falhasse, as forças dos EUA deveriam estar prontas para projetar poder globalmente a fim de derrotar e negar a agressão nos mais diversos cenários. Entretanto, a maneira de agir deveria ser íntegra e seletiva no uso da força, a qual não deveria ser a primeira escolha, mas por vezes seria a escolha necessária. Os Estados Unidos usariam a força militar, unilateralmente se necessário, quando os interesses duradouros o exigissem, quais sejam: quando o povo estiver ameaçado e quando a segurança dos aliados estiver em perigo.

Em todos os casos, a decisão de usar a força deveria refletir objetivos claros e viáveis, além de garantir que as ações fossem efetivas, justas e consistentes com o estado de direito. Deveria basear-se numa apreciação séria do risco para a missão e as responsabilidades globais envolvidas (NSS, 2015).

Pelo exposto na NSS (2015) pode-se observar que os EUA acreditavam estar preparados para enfrentarem a ameaça do terrorismo, a qual era a principal responsabilidade da segurança interna norte-americana.

Por meio de abordagens baseadas no risco, pode-se dizer que o terrorismo e o crime organizado transnacional eram combatidos de maneira que o comércio, as viagens e o turismo fossem robustecidos e, fundamentalmente, preservassem as liberdades civis.

Os serviços essenciais que sustentavam a sociedade americana deveriam permanecer seguros e funcionando diante de diversas ameaças e perigos. Para tanto, adotou-se uma abordagem reunindo todos elementos da sociedade – indivíduos, comunidades locais, setores privados e sem fins lucrativos, organizações e todos os níveis de governo – para garantir que os EUA fossem fortes diante das adversidades (NSS, 2015).

3.2.2 Combate à ameaça persistente do terrorismo

No cenário prospectado em 2015, a ameaça de ataques catastróficos perpetrados por terroristas contra os EUA diminuiu, mas ainda persistia. Uma série de ameaças terroristas ganhou força em áreas de instabilidade, de oportunidades limitadas e com falta de governança. Os adversários não estavam confinados a um país ou numa região distinta. Eles incluíam grupos globalmente orientados como a Al-Qaeda e seus afiliados, bem como um número crescente de grupos regionalmente focados e globalmente conectados, muitos com modo de operação similar ao da Al-Qaeda como ISIL, o que poderia representar uma ameaça aos EUA (NSS, 2015).

A experiência da última década foi aproveitada e passaram a ser adotadas mudanças substanciais nos esforços para combater o terrorismo, preservando e fortalecendo as ferramentas importantes que foram desenvolvidas desde o dia 11/09 (NSS, 2015).

Especificamente, foi relegado a um segundo plano, o modelo de combate com guerras terrestres dispendiosas e em larga escala no Iraque e o Afeganistão, no qual os EUA – especialmente os militares – suportavam um enorme fardo. Em vez disso, buscou-se uma abordagem mais sustentável que priorizasse as operações de contraterrorismo, o que nada mais era do que uma ação coletiva com parceiros responsáveis e esforços para impedir o crescimento do extremismo violento e a radicalização que impulsionava as ameaças crescentes (NSS, 2015).

Fora das áreas de hostilidades ativas, houve o esforço para deter, interrogar e processar terroristas por meio da aplicação da lei. No entanto, quando havia uma ameaça iminente e contínua, e quando a captura ou outras ações para interromper o perigo não eram viáveis, os Estados Unidos da América não hesitaram em tomar medidas decisivas. A abordagem antiterrorista esteve em ação em vários Estados, incluindo Somália, Afeganistão e Iraque. No Afeganistão, a missão de combate praticamente terminou e ocorreu a transição

para uma força bastante menor que concentrou-se no objetivo de um parceiro soberano e estável no Afeganistão que não era mais um refúgio seguro para terroristas. Isso foi possível graças aos extraordinários sacrifícios dos militares norte-americanos, civis em cooperação interagências e aos parceiros internacionais. Também foi empreendido um esforço grande para derrotar definitivamente o ISIL (NSS, 2015).

3.2.3 Prevenção da propagação de ADM

De acordo com a NSS (2015), a redução da ameaça da proliferação de ADM exigia que fosse reforçada constantemente a premissa básica do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, que comprometia os Estados possuidores de armas nucleares a reduzirem seus estoques enquanto que os Estados que não as possuíam continuassem comprometidos com o uso da energia nuclear apenas para fins pacíficos.

Nesse contexto, a vigilância internacional era necessária para impedir que países e atores não-estatais desenvolvessem ou adquirissem armas químicas ou biológicas, ou os materiais para construí-las. O compromisso com a desnuclearização da península coreana estava enraizado nos riscos representados pelo desenvolvimento e proliferação de armas norte-coreanas. Os esforços para remover e destruir armas químicas na Líbia e na Síria refletiam a liderança dos EUA na implementação e progresso em direção à universalização da Convenção sobre Armas Químicas. Nesse sentido, o Irã foi alertado pela comunidade internacional que deveria cumprir suas obrigações internacionais e demonstrar que seu programa nuclear era totalmente pacífico. O regime de sanções adotado com o aval dessa mesma comunidade demonstrou que pode-se responsabilizar os países que não cumprissem suas obrigações, ao mesmo tempo em que abriu espaço para uma resolução diplomática (NSS, 2015).

3.2.4 Segurança marítima e aérea

Os EUA tinham um interesse permanente na liberdade de navegação e sobrevoo, bem como na segurança e sustentabilidade dos ambientes aéreo e marítimo. Portanto, era importante manter a capacidade de assegurar o livre fluxo do comércio e dissuadir aqueles que flertavam com a agressão. Os comportamentos seguros e responsáveis no céu e no mar eram salutares e as reivindicações ilegais e agressivas no espaço aéreo e no mar, bem como os ataques deliberados ao tráfego comercial de passageiros deveriam ser condenados. Em disputas territoriais, particularmente na Ásia, a coerção e os comportamentos assertivos de determinados países da região ameaçavam a escalada. O diálogo para resolver a disputa pacificamente, de acordo com o direito internacional, deveria ser estimulado (NSS, 2015).

3.2.5 Estímulo aos valores

A NSS (2015) cita em uma de suas passagens que nos últimos anos, perguntas sobre as políticas de segurança dos EUA, no período posterior ao 11/09, tinham sido frequentemente exploradas por adversários.

Para o bem da segurança e liderança norte-americana no mundo, foi essencial que o compromisso contra a tortura e a proibição das chamadas técnicas de interrogatório que eram contrárias aos valores americanos, fosse cumprido. Apesar das denúncias de tortura e maus tratos a prisioneiros, vindas à tona por meio da imprensa, oficialmente foram divulgados dados de transferência de muitos suspeitos presos em *Guantánamo Bay*, e houve um trabalho conjunto com o Congresso para remover as restrições restantes sobre transferências de detentos daquele presídio para que finalmente fosse fechado. Foi aumentada a transparência para que o público pudesse ter certeza de que as atividades de vigilância eram consistentes com o estado de direito (NSS, 2015).

4 COMPARAÇÃO DA NSS DE BUSH E DA NSS DE OBAMA

As *National Security Strategy* norte-americanas de 2002 e 2015 apresentam pontos convergentes e divergentes, considerados os períodos e contextos em que foram assinadas, e que fazem com que muitos especialistas promovam o debate se as NSS promovidas pelo governo Obama não são apenas uma extensão das grandes estratégias promovidas por George W. Bush sob uma nova roupagem.

Segundo Jamshidi e Noori (2017), os dois documentos lançados sob a administração Bush, dentre os quais a NSS 2002, reconheceram o terrorismo como a principal fonte de ameaça à segurança nacional dos EUA. Já a NSS de 2015 e sua versão anterior, ambas lançadas no governo Obama, fornecem uma lista muito mais abrangente de ameaças, incluindo não apenas o terrorismo, mas também as mudanças do clima e a propagação de doenças infecciosas. A NSS 2002 de Bush, no entanto, apresenta soluções muito mais detalhadas para as ameaças, em comparação com aquela expedida por Obama.

Segundo Almendra (2013), por meio da NSS 2002, a visão estratégica do governo do presidente Bush foi traduzida de uma forma que os EUA promoveram uma política de intervenção militar, por meio da projeção do seu poderio bélico, e que resultava da capacidade norte-americana de atuar ou intervir em qualquer região do globo terrestre, com os recursos que se faziam necessários. Assim, pode-se afirmar que os EUA atuavam utilizando o seu poder de coerção, o que resultou nas Guerras do Afeganistão e do Iraque.

Quanto ao presidente Obama, Almendra (2013) relata que ele foi eleito em um contexto de euforia tanto interno quanto externo. Internamente, a sociedade norte-americana já demonstrava apreensão com o tempo demasiado de exposição de seus militares numa guerra bem longe do seu território e com a grave crise econômica. No campo externo, a comunidade internacional expressava a necessidade de modificação da postura norte-

americana e o desejo do retorno à multipolaridade²¹, vista como um instrumento para conter as atitudes hegemônicas da única superpotência existente naquela época.

A NSS 2015 dava sequência à retirada de tropas do Afeganistão e do Iraque, mantendo a forma progressiva mas eficaz, inserida num plano mais amplo da luta contra o terrorismo, posição defendida pelo então presidente desde as suas intervenções no Senado norte-americano (ALMENDRA, 2013).

Retomando o raciocínio quanto à administração Bush, podemos observar que ela praticou uma política externa baseada no intervencionismo liberal de promoção da democracia, como estratégia de combate ao terrorismo. Para atingir esse objetivo os EUA iniciaram duas intervenções militares simultâneas, como já mencionado anteriormente. A primeira intervenção (Guerra do Afeganistão) gozou de consenso da comunidade internacional porque era justificável a necessidade de se intervir num Estado que servia de base para a *Al-Qaeda*, o que se enquadrava na guerra global contra o terrorismo. Entretanto, a inclusão do Iraque nesta mesma lógica de combate ao terrorismo, foi interpretada como uma atitude imperialista e unilateral norte-americana e que provocou um certo constrangimento nas RI, as quais já estavam fragilizadas pelas visões divergentes quanto à construção de uma nova ordem internacional no período pós-Guerra Fria (ALMENDRA, 2013).

A partir da administração Obama, a postura em relação ao Afeganistão e ao Iraque sofreu alterações, como já citado. Ressalta-se também que houve o abandono da linguagem anterior, utilizada por Bush, de “guerra global ao terror”, embora houvesse o entendimento pelo presidente de que os EUA permaneciam em guerra contra o terrorismo.

Outrossim, a grande estratégia norte-americana manteve a intenção de conservar a sua posição de liderança no cenário internacional, mesmo com a ascensão de países emergentes como a China. E é nesse sentido que muitos observam uma continuidade estratégica. O fato de, após a Guerra Fria até 2001, haver uma única potência com capacidade

21 Multipolaridade é um sistema no qual há mais de uma potência ditando os destinos de uma comunidade.

de utilização do *hard power* e do *soft power* ocasionou uma desestabilização das relações dos EUA com as outras potências. Porém, tal capacidade foi posta à prova por atores não-estatais, uma vez que a possibilidade de grupos terroristas terem acesso à ADM constituiu uma novidade até mesmo para a superpotência mundial. A resposta ocorreu de forma unilateral, a nível político, e esporadicamente de forma multilateral (ALMENDRA, 2013).

Conforme relatam Jamshidi e Noori (2017), a NSS 2015 não tenta construir uma relação tão direta entre a segurança dos EUA e a promoção da democracia e frisam que os EUA apoiariam democracias recém-formadas, mas não as colocariam entre as prioridades de segurança, como a administração Bush havia feito. Além disso, Bouchet (2013) afirma que no governo Obama, a infraestrutura política não se desenvolveu em escala proporcional àquela observada nos governos Bush e não houve grandes iniciativas legislativas para a promoção da democracia. Portanto, a promoção da democracia, deixou de ser uma prioridade de segurança na NSS de 2015.

5 ANÁLISE

5.1 A *NATIONAL SECURITY STRATEGY* DE 2002 E A TEORIA REALISTA

Em um cenário instável e com a presença da ameaça terrorista, pode-se dizer que os princípios do realismo político, enumerados por Morgenthau, se relacionaram com a política externa norte-americana a partir dos eventos acontecidos em setembro de 2001.

Os estudiosos Jamshidi e Noori (2017) analisaram que a administração de Bush, com a NSS 2002, propagava uma política externa fundamentada em princípios realistas e que a referida NSS representou o que muitos teóricos dessa vertente têm defendido relativamente à hegemonia e às causas do terrorismo.

Entretanto, segundo Kaplan (2013), ao considerar a aglutinação de ideias realistas, as NSS expedidas no período de governo Bush, mais especificamente no caso deste estudo a de 2002, refletem uma orientação que não prioriza os cenários prospectivos que expressam sinais de que a China, uma potência em ascensão, será o principal adversário militar norte-americano a longo prazo, uma vez que enquanto os EUA gastam recursos pesados para conflitos cuja utilidade é questionável (no Afeganistão e no Iraque), os chineses investem em tecnologia de defesa no estado da arte.

5.2 A *NATIONAL SECURITY STRATEGY* DE 2002 E A TEORIA LIBERAL

Sob o enfoque liberal, podemos afirmar que a NSS de Bush por conter trechos em que versa sobre a promoção da democracia e sobre liberalismo econômico, possuía aderência também à corrente do liberalismo das RI. Neste sentido, é importante ressaltar a crença dos liberais como Nye Jr. de que democracias não travam guerras entre si, e daí, a compreensão das tentativas norte-americanas de instalar essa forma de governo em determinados países suspeitos de abrigar terroristas, bem como para aderir ao liberalismo econômico mais

facilmente.

5.3 A *NATIONAL SECURITY STRATEGY* DE 2015 E A TEORIA REALISTA

Conforme os princípios da teoria realista defendidos por Morgenthau, podemos afirmar que a NSS de 2015 possui trechos em que demonstra aderência, como na passagem onde há a colocação dos interesses nacionais de busca por segurança norte-americanos acima das aspirações e soberanias de outros países, traduzidas na possibilidade de intervenção militar unilateral dos EUA em situações em que haja suspeita da presença de elementos terroristas ou a existência de grupos com possível acesso à ADM. Tendo em vista que o SI apresenta atores cuja busca por poder é constante, as diretrizes estratégicas traçadas em 2015 vão na direção do respeito às leis internacionais, opinião mundial e da moralidade.

5.4 A *NATIONAL SECURITY STRATEGY* DE 2015 E A TEORIA LIBERAL

Ao fazermos uma avaliação da NSS de 2015 à luz dos conceitos liberais apresentados por Nye Jr. podemos ter a percepção de que os aspectos de cooperação internacional nos campos militares e econômicos influenciaram as diretrizes estratégicas traçadas para os EUA sob os anos da presidência de Obama. Os novos desafios impostos por um mundo dinâmico proporcionam uma maior interação entre os países que possuem interesses comuns, sejam eles econômicos, culturais ou políticos. Assim, as chances de uma evolução para um estado beligerante têm diminuído e o documento de 2015 caminha nesta direção.

6 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar a comparação da NSS 2002 de Bush com a NSS 2015 do governo Obama, a qual refletiria, aparentemente, uma mudança de rumo consolidada dos EUA. Foi feita uma descrição dos principais aspectos das NSS de 2002 e 2015, onde puderam ser explicitados assuntos como o combate ao terror, promoção da democracia e as relações com a China, Rússia e Índia.

Entretanto, conforme pode ser constatado ao longo do texto essa visão, por vezes, foi contrariada por meio de argumentos que demonstram que os interesses norte-americanos, na maioria das vezes, se sobrepuseram às ideias reinantes no mundo naquele período.

A seguir serão apresentadas as principais conclusões que puderam ser extraídas dos assuntos interpretados como de maior relevância. A questão do contraterrorismo, pode ser interpretada como um objetivo estratégico importante para os EUA a partir do dia 11/09 e seus desdobramentos. O trauma causado ao povo norte-americano ao ser atacado em sua *homeland*, provavelmente, será considerado pela política externa americana em todas as negociações e acordos firmados internacionalmente quando o tema em pauta for defesa ou segurança.

Também pudemos observar, que as teorias realista e liberal contribuíram para o entendimento do pensamento norte-americano expresso nas NSS estudadas e sua repercussão internacional, em que as ações unilaterais dos EUA, no momento imediatamente posterior aos ataques do 11/09 foram apoiados pela comunidade internacional e, num segundo momento, quando houve a invasão ao Iraque, sob a justificativa de executar um ataque preventivo, foram criticados e condenados por vários países que viram nesse acontecimento um precedente perigoso voltado para o imperialismo “ianque”.

Quanto à promoção das democracias, pode-se depreender que a linha de

pensamento apoiada na ideia de que a segurança dos EUA estava relacionada com a imposição da democracia a Estados que abrigavam ou patrocinavam grupos terroristas não apresentou fatos conclusivos de que alcançou sucesso. Assim, foi percebido que houve uma mudança de tratamento a esta questão na NSS de 2015 e que tal modo de agir teve sua importância diminuída.

Sob influência da ótica realista, a manutenção do poder norte-americano requereu uma estratégia que adotasse uma postura regional e mundial de liderança, com a busca de manter e também incrementar suas capacidades militares em prol de seus interesses nacionais.

Outra observação importante que foi percebida é o reconhecimento norte-americano às oportunidades e dificuldades nas relações com as potências emergentes – Rússia, China e Índia – embora tenham acontecido avanços que aproximaram os países. Entretanto, conforme já mencionado no estudo, seria prudente que os EUA tivessem considerado, desde aquele período, a China como um ator de interesse especial no SI tendo em vista a sua ascensão crescente econômica e militar.

Sugere-se, como linha de pesquisa futura, o aprofundamento em questões específicas da política externa norte-americana relacionadas com a China, Índia e Rússia, bem como o caminho adotado por tal política a partir da adoção da chamada Doutrina Trump, com a assunção do presidente estadunidense Donald Trump em 2017.

Por fim, o entendimento que permanece deste estudo é de que as NSS de 2002 e 2015 guardam muitas similaridades que garantem a manutenção do poder da superpotência norte-americana no mundo, embora tenham divergido em questões que, na prática, não afetaram a supremacia dos EUA, mas proporcionaram uma suavização da imagem norte-americana pela comunidade internacional, como no caso da proibição da tortura e consequente e aparente respeito aos direitos humanos. No entanto, cabe ressaltar, que apesar

das críticas e questionamentos internacionais, as intervenções militares unilaterais continuaram previstas em ambas as NSS estudadas, não refletindo uma mudança significativa nesse quesito, o que responde a questão proposta no propósito estabelecido no início deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALMENDRA, Sandra Cristina Silva. **A política externa norte-americana de George W. Bush a Barack Obama: uma continuidade na mudança.** 2013. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa, 2013. Disponível em: http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/767/1/dri_sandra_almendra_tese.pdf. Acesso em: 15 jul. 2019.
- BATISTA, Glauco; PECEQUILO, Cristina Soreanu. As consequências da doutrina Bush para as políticas de segurança na América Latina. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 9, n. 1, p. 64-80, 2009. Disponível em: [file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/262-Texto%20do%20artigo-885-1-10-20090503%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/262-Texto%20do%20artigo-885-1-10-20090503%20(1).pdf) Acesso em: 15 jul. 2019.
- BLAINEY, Geoffrey. **Uma Breve História do Século XX.** São Paulo: Fundamento Educacional, 2009. 309 p. Título original: A short history of the 20th century.
- FERNANDES, Cláudio. Pais fundadores dos Estados Unidos. **Brasil Escola.** Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historia-da-america/pais-fundadores-dos-estados-unidos.htm>. Acesso em 15 jul. 2019.
- FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas.** Belo Horizonte: UFMG, 2004. 242 p.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GOLDGEIER, James. **Making a Difference? Evaluating the Impact of President Barack Obama.** UNISCI Discussion Papers. 2010. Vol. 22, p. 116-140.
- KAPLAN, Robert D. **A vingança da geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- JAMSHIDI, Mohammad; NOORI, Farnaz. The United States national security strategy under Bush and Obama: continuity and change. **Journal of World Sociopolitical Studies.** v. 1, n. 2, p. 175-197, oct. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320756041_The_United_States_National_Security_Strategy_under_Bush_and_Obama_Continuity_and_Change. Acesso em: 15 jul. 2019.
- MINGST, Karen A.; ARREGUIN-TOFT, Ivan M. **Princípios das relações internacionais.** Tradução de Cristiana Martins Serra. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- MORGENTHAU, Hans J. **A política entre nações: a luta pelo poder e pela paz.** São Paulo: UnB, 2003.
- NYE Jr., Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais: uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial.** Tradução de Henrique Amat Rêgo Monteiro. São Paulo: Editora Gente, 2009.
- ORGANIZAÇÃO do Tratado do Atlântico Norte. **Tratado do Atlântico Norte.** Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm?selectedLocale=pt

Acesso em: 18 mar. 2019.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Os Estados Unidos e o Século XXI**. Rio de Janeiro: Ed.Elsevier. 2013.

SEAL OF THE PRESIDENT OF THE UNITED STATES. **The National Security Strategy of the United States of America**, Washington, D.C., Sept. 2002.

SEAL OF THE PRESIDENT OF THE UNITED STATES. **The National Security Strategy of the United States of America**, Washington, D.C., Feb. 2015.

SNIDER, Don M. **The national security strategy: documenting strategic vision**. 2.nd ed. Pennsylvania: Strategic Studies Institut (SSI). Mar. 15 2015. Disponível em: <http://nssarchive.us/wp-content/uploads/2012/05/Snider.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. Algumas tendências da política externa dos Estados Unidos após o fim da Guerra Fria. **Revista Intellector**, Rio de Janeiro, ano 3, v. 3, n. 6, p. 1-48, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.revistaintellector.cenegri.org.br/ed2007-06/almvidigal-2007.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.